

## A era das incertezas

Henrique Rattner\*



Em que direção vai o mundo após a crise que derrubou os mercados financeiros, arruinou milhões de empresas e jogou na rua dezenas de milhões de desempregados?

Eric Hobsbawm, numa série magistral de análises históricas, fala da Era das Revoluções, da *Era do Capital* e da *Era do Imperialismo*. Ter-se-iam esgotado as opções para a organização política e econômica da humanidade, após o fracasso do socialismo “real” e as repetidas crises do sistema capitalista? Na impossibilidade de fazer voltar a roda da História para trás e retornar ao passado, qual será o regime dominante no século XXI?

Em que pesem o radicalismo e a violência das revoluções francesa, russa e chinesa, seu saldo não seria mais positivo quando comparado às hecatombes de duas guerras mundiais e os massacres dos povos colonizados pelas potências imperialistas, ao longo dos séculos IXX e XX?

A expansão global do sistema capitalista, integrando todos os territórios do globo terrestre por via dos meios de comunicação, transporte e comércio, coloca desafios inéditos para todos aqueles que pensam o futuro e procuram reorientar os rumos da humanidade. Como alterar a situação de desigualdade e injustiça social que se alastra com o agravamento da crise econômico-financeira? Como enfrentar os efeitos degradantes e destrutivos ao meio ambiente, causados por políticas industriais e energéticas altamente depredatórias e letais para os habitantes do globo?

As reuniões internacionais para discutir as medidas necessárias para reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa e de transição para uma economia de “produção limpa” se arrastam ao longo dos anos e décadas, de uma cidade para outra – Estocolmo, Rio, Kyoto, Montreal –, sendo a última realizada em dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, sem produzir qualquer resultado sério e eficaz no sentido de obter o consenso de todos os representantes dos países que mais poluem a atmosfera, o solo e as águas, com efeitos desastrosos para a saúde e o bem estar das populações.

Tendo em vista a incapacidade dos regimes políticos atuais de encontrar o caminho de cooperação e solidariedade a fim de enfrentar os desafios econômicos, políticos e ambientais, é imperioso encontrar uma proposta alternativa capaz de mobilizar,

conscientizar e orientar os atos de todas as camadas da população em todos os países, em busca da paz, do bem estar e da conservação dos ecossistemas.

Durante mais de trezentos anos, o Estado, sempre a serviço das elites, tem desempenhado as funções de regulamentar, fiscalizar e orientar as ações dos atores sociais, exercendo o monopólio de poder e reprimindo as tentativas de conquistar maior autonomia e autogestão das populações mais exploradas, desinformadas e privadas do acesso aos bens materiais e simbólicos da civilização.

A atual crise do mercado, ou melhor, do sistema capitalista, tem inclinado o pêndulo em direção a uma maior intervenção do Estado, para salvar o sistema falido.

Mas, também o Estado – autoritário e centralizador –, apoiado por uma burocracia onipresente e toda poderosa, perdeu a confiança e a credibilidade e, com isso, as condições de governabilidade democrática, baseada em consenso, cooperação e solidariedade.

A partir do início deste século, têm surgido novas formas de poder e de gestão alternativas, embora ainda difusas, desconectadas e, muitas vezes, desorientadas por responsabilidade de políticos demagogos e populistas. Essas novas formas de poder, consubstanciadas por milhões de associações populares, organizações

não-governamentais e comunidades de base tendem a uma integração de “baixo para cima”, criando um novo ator social – a sociedade civil – que aparece no novo contexto histórico como “countervailing power”, o poder alternativo à plutocracia e às elites tradicionais e seus agentes, a oligarquia burocrática.

Todos os governos democráticos experimentados até hoje têm padecido de representatividade e mantiveram as desigualdades aviltantes, ao deixar o poder nas mãos das elites econômico-financeiras e seus vassalos políticos, as organizações partidárias, também regidas por estruturas autoritárias e centralizadoras que oprimem e excluem a maioria da população.

A alternativa imperiosa parte dos princípios da democracia participativa e de responsabilização, ou seja, fazer com que sejam cobrados os detentores de mandatos públicos, os quais poderiam ser removidos de seus cargos e ter seus mandatos revogados, por consulta ou plebiscito popular, quando supostamente ferirem os princípios básicos de um código ético, fundamental para a conduta dos homens públicos e de todos os cidadãos.

Será este o caminho da emancipação dos indivíduos e da sociedade que, ao eliminar a exploração e as desigualdades, poderá proclamar: “um outro mundo é possível”.



\* **HENRIQUE RATTNER** é professor da FEA (USP), IPT e membro da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL)